



Correio Manhã

29-09-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 2264 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

OPERAÇÃO LEX

DESVENDADOS SEGREDOS DO JUIZ RUI RANGEL

➤ **JUDICIÁRIA** teve de recorrer a outro país para ter acesso a dois iPhones
➤ **NOVA** informação pode aumentar número de arguidos no processo **P.4 E5**

**EQUIPAMENTO
ISRAELITA
DESBLOQUEIA
TELEMÓVEIS
SOFISTICADOS**





OPERAÇÃO LEX

MULHER | FAZIA SENTENÇAS

Fátima Galante, mulher de Rui Rangel, foi acusada de ser ela a fazer muitas das sentenças do magistrado que depois se limitava a assinar os textos como sendo seus. A magistrada, também desembargadora, que exerce na secção social do Tribunal da Relação de Lisboa, também esteve suspensa.

LUÍS FILIPE VIEIRA TAMBÉM É ARGUIDO NESTE PROCESSO

Segredos do juiz Rangel já na posse da Judiciária

INVESTIGAÇÃO Só agora as autoridades policiais conseguiram aceder a dois telemóveis do juiz desembargador. Foi necessário recorrer a equipamento israelita, que não existe em Portugal. Processo poderá estar concluído ainda este ano

TÂNIA LARANJO

Foi há mais de um ano que o juiz Rui Rangel foi constituído arguido por quatro crimes de tráfico de influências, mas só agora a investigação conseguiu aceder ao conteúdo dos seus dois iPhones.

O magistrado recusou-se a fornecer os códigos e foi necessário recorrer a equipamento israelita, que só é usado em outros países da Europa, para que os conteúdos fossem conhecidos. As inúmeras conversas consideradas relevantes estão agora a ser transcritas para o processo, que poderá estar concluído até ao final do ano.

Este é um caso prioritário para a Polícia Judiciária. Rui Rangel já regressou ao Tribunal da Relação

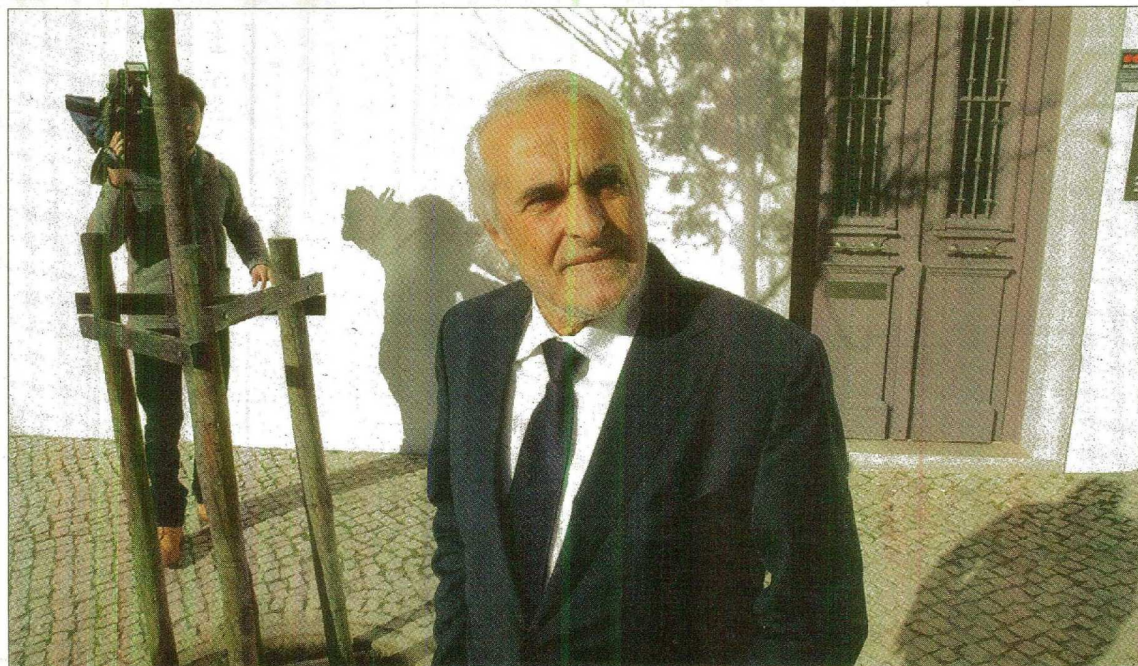
PARA A PJ É UM CASO PRIORITÁRIO. RANGEL JÁ REGRESSOU ÀS FUNÇÕES

CONTEÚDO PODERÁ FAZER AUMENTAR O NÚMERO DE ARGUIDOS

de Lisboa, onde voltou a exercer funções. O magistrado viu serem-lhe levantadas as medidas de coação aplicadas, por ter passado o prazo sobre a data em que foi constituído arguido.

O CM sabe que o conteúdo agora apreendido poderá fazer aumentar o número de arguidos do processo e consolidar as suspeitas que recaíam sobre o magistrado, que está indiciado por diversos crimes.

Luís Filipe Vieira, que também



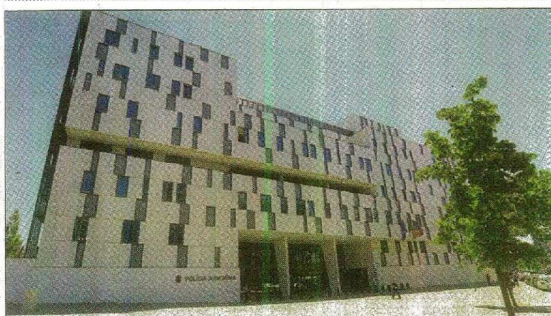
Juiz Rui Rangel foi constituído arguido por quatro crimes de tráfico de influência no âmbito da investigação que ficou conhecida como Operação Lex

é arguido no mesmo processo, seria uma das pessoas com quem o juiz falava regularmente. Será um juiz que irá agora validar os conteúdos intercetados, para verificar se são ou não relevantes para o processo e se indiciam crimes.

Esta investigação corre agora no Supremo Tribunal de Justiça, por envolver um juiz desembargador. O segredo bancário e das comunicações há muito que foi levantado.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
de Manhã



Polícia Judiciária tem a cargo a investigação neste processo

Polícia Judiciária foi travada por prerrogativa legal

Na operação desencadeada pela Polícia Judiciária, Rui Rangel não pode ser detido para ser levado ao juiz de instrução porque o estatuto de magistrado não o prevê. Tal só poderá acontecer em sede de acusação, quando o MP terminar a investigação.

VIEIRA | **TAMBÉM É ARGUIDO**

Luís Filipe Vieira foi constituído arguido no processo, por alegado crime de tráfico de influências. Estava em causa uma promessa de Rangel vir a exercer um cargo no clube encarnado e, em troca, faria pressão junto de um juiz na tribunal em que corria uma ação fiscal contra o filho do presidente do Benfica.



ORDENADO | RECEBIA MESMO QUANDO ESTEVE SUSPENSO DE FUNÇÕES, O JUIZ CONTINUOU A RECEBER O SEU ORDENADO POR INTEIRO, ENQUANTO JUIZ DESEMBARGADOR.

CRIMES | **CORRUPÇÃO E FRAUDE FISCAL**

Na investigação relativa ao processo denominado Operação Lex estão em causa, de acordo com o comunicado emitido na altura pela Procuradoria-Geral da República, suspeitas de crimes de tráfico de influência, de corrupção e/ou recebimento indevido de vantagem, bem como de branqueamento e de fraude fiscal.



Situação causa desconforto em tribunal superior

Que regresso de Rui Rangel à magistratura causa desconforto na Relação de Lisboa, que nada pode fazer para impedir o juiz de exercer as suas funções. A decisão de levantar as medidas de coação que tinham sido aplicadas – entre elas a suspensão de funções – foi determinada pelo Supremo, visto os prazos do processo terem sido ultrapassados. Tal como Rui Rangel, também a sua mulher, Fátima Galante, juíza na mesma Relação, voltou a exercer funções. ●



Rangel e a mulher exercem funções no Tribunal da Relação de Lisboa

PORMENORES

Buscas

A Operação Lex envolveu a realização de buscas em vários locais, na zona da Grande Lisboa e no Algarve, incluindo no Tribunal da Relação de Lisboa, em empresas, escritórios de advogados e em domicílios, segundo esclareceu na ocasião a Procuradoria-Geral da República.

Detenções e arguidos

No desencadear da operação foram feitas cinco detenções, entre elas a de um oficial de justiça, dois advogados e o filho de um destes. O número de arguidos ultrapassa uma dezena.

Rota do Atlântico

A Operação Lex teve origem numa certidão extraída da Operação Rota do Atlântico, que levou à constituição como arguido de José Veiga, antigo empresário de futebol.

Maria José Morgado

A procuradora-geral adjunta jubilada Maria José Morgado, que chegou no início do ano ao Supremo Tribunal de Justiça, assumiu em exclusivo o processo Operação Lex.

Garantia

"Nunca ofereci qualquer cargo no clube a troco de qualquer situação da minha vida pessoal e profissional. Quando sair do Benfica vou mais pobre, não vou mais rico", garantiu o presidente encarnado, Luís Filipe Vieira, arguido na Operação Lex, em fevereiro de 2018.

José Veiga no centro do processo

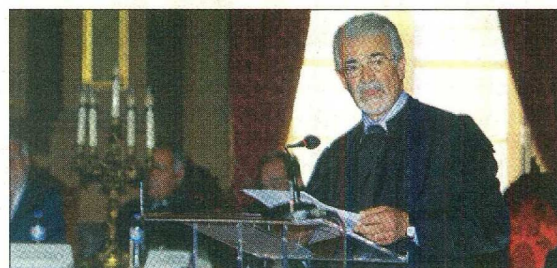
Quas das decisões a serem investigadas dizem respeito a casos que têm José Veiga como principal arguido – e que terá transferido cerca de 300 mil euros para contas bancárias do filho do advogado José Santos Martins, tido pela investigação como um testa de ferro do juiz. ●



O empresário José Veiga

Escusa foi de imediato aceite

Que regresso a funções no Tribunal da Relação de Lisboa, Rui Rangel foi de imediato traído pelo sorteio de processos para apreciação. Foi-lhe atribuído um caso que diz respeito à Octapharma, mas que era uma certidão do Processo Marquês. Rui Rangel nada fez quando tal aconteceu, mas depois de o Ministério Público avançar com um pedido de afastamento do juiz, o próprio Rui Rangel pediu escusa. Alegou que já havia uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça no Processo Marquês – considerando que o facto de ter tomado posições públicas punha em causa a sua indepen-



Orlando Nascimento é o presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

dência – e que por esse motivo não podia decidir o recurso. O pedido do juiz desembargador Rui Rangel foi aceite de imediato por Orlando Nascimento,

presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, que determinou novo sorteio para que outros dois juízes apreciem o recurso em causa. ●